

BRASIL NA ANTÁRTICA, OS PRÓXIMOS 30 ANOS

Paulo Eduardo A.S. Câmara*
Renato Batista de Melo**

RESUMO

O Brasil assinou o Tratado Antártico em 1975, porém tornou-se membro consultivo apenas em 1983, após a criação do programa brasileiro de Pesquisas Científicas na Antártica (PROANTAR). O artigo IX do tratado prevê que apenas países que façam pesquisas científicas de alta qualidade na Antártica possuem direito de voto sobre o futuro desse continente. Desde então, o Brasil desenvolve pesquisas científicas de forma ininterrupta em diferentes regiões da Antártica, mesmo após a perda da estação Antártica Comandante Ferraz, consumida em um incêndio. Atualmente a Antártica é tida como um santuário dedicado à paz e à ciência, e diferentes reivindicações territoriais feitas no passado não são reconhecidas. No entanto, esta situação poderá mudar em 2048, quando o protocolo de Madrid será revisto. Neste trabalho, apresentamos um breve panorama do PROANTAR e as dificuldades que esse programa tem enfrentado e propomos uma reflexão sobre a posição do Brasil diante das mudanças que poderão ocorrer daqui a exatos 30 anos no âmbito do Tratado Antártico.

Palavra Chave: Brasil. Protocolo de Madrid. Tratado Antártico. Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR).

BRAZIL IN ANTARCTICA, THE NEXT 30 YEARS

ABSTRACT

Brazil signs the Antarctic Treaty in 1975, but became a consultative party only in 1983, after the creation of the Brazilian Scientific Antarctic Program (PROANTAR – acronym in Portuguese). Article IX of Antarctic Treaty that states only countries with significant scientific research in Antarctica can be consultative parties. Since then, Brazil has developed uninterruptedly scientific research in various sites in Antarctica, even after losing its Comandante Ferraz, scientific station for a fire. Nowadays, Antarctica holds a status of a sanctuary dedicated to peace and science and territorial claims made in the past are not recognized. However, this situation

* Professor do departamento de botânica e do programa de pós-graduação em botânica da Universidade de Brasília (UnB), mestre em botânica e em ciências; Ph.D. em Plant Systematic and Evolution pela University of Missouri Saint Louis (USA). Atualmente coordena Projeto Científico no âmbito do PROANTAR onde estuda a vegetação Antártica e suas conexões com o Ártico. Egresso do Curso Superior de Política e Estratégia (CSUPE) da Escola Superior de Guerra (ESG). Contato: <paducamara@gmail.com>.

** Contra-Almirante, ex-Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Contato: <renato.melo@marinha.mil.br>

can change when the Madrid Protocol comes to revision in 2048. In this paper we present a brief overview of PROANTAR and the difficulties faced by it and propose reflexing on Brazil's position on the 2048 revision, exactly 30 years from now.

Keywords: Brazil. Madrid protocol. Antarctic Treaty. Brazilian Antarctic Program. (PROANTAR).

BRASIL EN LA ANTARCTICA, LOS PROXIMOS 30 AÑOS

RESUMEN

Brasil firma el tratado Antártico en 1975, pero se torna miembro consultivo solamente en 1983, con la creación del Programa Antártico de Investigaciones Científicas (PROANTAR) en 1983. El artículo IX del tratado dice que solamente países que realicen ahí investigaciones científicas de alta calidad pueden tener derecho a votar sobre el futuro de Antártica. Desde entonces, Brasil desarrolla, sin interrupciones, investigación científica en diversos sitios de la Antártica, mismo cuando la estación Comandante Ferraz se destruyo en un incendio. La antártica es reconocida ahora como un santuario dedicado a la paz y la ciencia y las reivindicaciones territoriales hechas no son reconocidas. Pero esta situación puede cambiar en 2048 cuando el Protocolo de Madrid será revisto. En este paper, presentamos un breve panorama de PROANTAR y sus dificultades y proponemos una reflexión sobre la posición de Brasil para la revisión del tratado en exactos 30 años.

Palabras clave: Brasil. Protocolo de Madrid. Tratado Antártico. Programa Antártico Brasileño (PROANTAR).

1 INTRODUÇÃO

O Sistema do Tratado Antártico (STA) – que abrange o Tratado Antártico, assinado em 1959, bem como diversos outros protocolos, aprovados ao longo dos anos, tal como o Protocolo de Preservação Ambiental de 1991 (Protocolo de Madrid) assinado em 1998 – rege toda área do planeta acima do paralelo 60° S, o que totaliza aproximadamente 10% do planeta Terra. Existem hoje apenas 29 países membros consultivos do Tratado Antártico, ou seja, com direito a voz e voto nas decisões relativas ao destino desses 10% da Terra, dos quais o Brasil é um deles. Além disso, o Tratado Antártico é um fórum mundial onde o Brasil tem assento em igualdade de direitos com as maiores potências do planeta.

Segundo o STA, a Antártica é hoje uma “Reserva natural dedicada especialmente a paz e a ciência” estando proibidas as explorações minerais, reclames territoriais e atividades militares, nucleares, despejo de lixo, entre outras. No entanto, no ano de 2048, ou seja, dentro de exatos 30 anos, poderá cair a moratória de exploração de recursos econômicos não renováveis. Ainda nesse ano, 2048, as decisões sobre o destino da Antártica deixarão de requerer unanimidade de votos, passando a operar

em regime de voto majoritário. Vale ressaltar que, em 2048, poderão ainda ocorrer novas reivindicações territoriais por diferentes países atuantes na Antártica, além das já existentes, tais como as do Chile, Argentina, Inglaterra, entre outros. Dessa forma, o Brasil deve estar atento e preparado para as atividades que desenvolverá na região nos próximos 30 anos, que deverão ser decisivos no que concerne ao futuro da participação brasileira no destino desse continente. Além disso, como o Brasil representa a principal economia da América Latina, deverá se posicionar como liderança latino-americana no tema antártico.

Ao contrário do que se poderia pensar, a participação de um país como membro consultivo do Tratado não se dá pela sua ocupação ou construção de bases/estações. Segundo o artigo IX do Tratado, o status de membro consultivo de um país no Tratado da Antártica se dá “*pela promoção ali de substancial atividade de pesquisa científica*”, ou seja, publicações dos resultados das pesquisas em revistas científicas de veiculação internacional, bem como em congressos científicos/logísticos internacionais (como o *The Scientific Committee on Antarctic Research - SCAR*). Isso fica claro quando o Brasil assina o tratado em 1975, mas se torna membro consultivo apenas em 1983, já com a criação do PROANTAR, o qual promove as pesquisas científicas do Brasil na Antártica.

O objetivo deste trabalho é chamar ao debate e ao estudo dos cenários possíveis e os respectivos posicionamentos do Brasil frente às mudanças que o STA poderá vir a sofrer a partir de 2048. Não se trata de propor soluções, mas de instigar a reflexão sobre tema que tem sido relevado a um plano secundário na Defesa Nacional.

1.1 Importância da Antártica

O Brasil é o sétimo país mais próximo da Antártica e o que possui o maior litoral do Atlântico Sul. Entretanto, o mar e a Antártica não perfazem nossa cultura, na qual predomina a ideia de um país tropical que não possui relação nenhuma com o continente gelado da Antártica. No entanto, o reconhecimento da importância da Antártica para o Brasil está refletida na sua inclusão na Política Nacional de Defesa (PND), a qual “estabelece como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica” (BRASIL, 2016).

O continente Antártico possui cerca de 14 milhões de Km², o que corresponde a quase totalidade do tamanho da América do Sul. Geologicamente, o continente esteve unido durante o mesozoico à África, Austrália, Nova Zelândia, Índia e América do Sul, formando, há cerca de 200 milhões de anos, o supercontinente de Gondwana. Portanto é possível inferir a existência das mesmas riquezas presentes em seus continentes irmãos, tais como petróleo, gás natural, metais raros e preciosos, entre outros. Colacrai (2004) estima que existam na região grandes reservas de prata, ouro,

cobalto, níquel, estanho, entre outros minérios estratégicos. Thorp (2012) afirma que, nas águas do Mar de Ross e no Mar de Weddell, existam mais de 50 milhões de barris de petróleo, reservas comparáveis às existentes no Alasca. Estima-se ainda que cerca de 70% de toda a água potável do mundo esteja ali presente. (AINLEY et al., 2009). Deve-se lembrar que do ponto de vista estratégico a Antártica defronta grandes rotas marítimas internacionais, como a Passagem de Drake e o Cabo da Boa Esperança. Segundo Simões et al. (2011), “a região antártica controla ou pelo menos influencia uma série de processos globais, principalmente a circulação geral da atmosfera e a oceânica e, portanto, todo o sistema climático” (SIMÕES et al., 2011, p. 163), o qual tem alto poder de impacto no agronegócio do Brasil. Simões et al. (2011) ressaltam que um aspecto ainda não totalmente explorado da variabilidade do gelo marinho antártico é o seu papel como controlador da gênese e da dinâmica das massas frias geradas no Oceano Austral e que, na escala sinóptica, avançam sobre a América do Sul subtropical, produzindo eventos de baixa temperatura e geadas nos estados do Sul do Brasil. Este é o fenômeno conhecido como frentes frias ou friagens, que, às vezes, chegam até o sul da Amazônia. Entender como as anomalias na extensão do gelo marinho antártico interagem com o clima brasileiro é um conhecimento essencial para melhorar a previsão meteorológica no país (SIMÕES, 2011).

Extrai-se do Livro Branco da Defesa em sua página 41:

A ciência desenvolvida na Antártida tem importância fundamental para o Brasil. O continente, que comporta 90% do volume da massa de gelo do planeta, tem papel essencial na circulação atmosférica e oceânica. É uma das partes mais sensíveis às variações climáticas na escala global, estando interligada com processos que ocorrem em latitudes menores, em especial com a atmosfera sul-americana e os oceanos circundantes. Massas de ar frio geradas sobre o Oceano Austral e que avançam sobre a América do Sul subtropical são responsáveis pela produção de eventos de baixa temperatura e geadas nos estados do sul do Brasil. Além disso, as correntes marinhas trazem recursos vivos, nutrientes e oxigênio para as águas ao largo do litoral do Brasil, fatos que influenciam diretamente a costa sul do País. Grande parte do pescado disponível no litoral brasileiro sofre influência das massas de água provenientes do oceano austral. (BRASIL, 2017, p. 41).

Ou seja, devido a suas riquezas minerais, ao volume de água potável, à importância na regulação do clima e a sua própria localização geográfica, a Antártica é extremamente importante para o Brasil e o mundo e, não por acaso, todos os

países com assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) são membros signatários do STA.

Atualmente a exploração dos diferentes recursos minerais não renováveis está impedida por força do Tratado, porém o crescente aumento da população mundial, associada à futura exaustão dos recursos naturais e à poluição das águas nos próximos anos, poderá chegar a um cenário de crise que levará os olhares ao continente gelado, o que poderá causar desequilíbrios geopolíticos ao Atlântico Sul, região do entorno estratégico onde o Brasil busca manter hegemonia.

2 TERRITORIALISMO NA ANTÁRTICA

Segundo a Política Nacional para Assuntos Antárticos - POLANTAR (BRASIL, 1987), "O Brasil não formulou reivindicações de soberania territorial na Antártida antes da entrada em vigor do Tratado da Antártida e pautará sua conduta de conformidade com as disposições do Tratado, durante sua vigência" (BRASIL, 1987, p. 1).

Embora o Brasil não possua reclames territoriais, outras nações as têm. Segundo Vieira (2006), existem seis argumentos principais sobre territorialismo na Antártica:

Teoria da Descoberta: territórios estariam sob a soberania dos Estados cujos nacionais foram responsáveis pela descoberta e exploração.

Teoria da Contiguidade e Continuidade: territórios devem estar sob a soberania daqueles Estados mais próximos.

Teoria dos Quadrantes: Antártica seria dividida em partes consoantes às continentais fronteiriças.

Segundo Vieira (2006, p. 57) "Haveria uma porção sul-americana entre os meridianos 0º-90º O, uma porção australiana entre os meridianos 180º-90º L, uma porção do Pacífico entre os meridianos 90º-180º O, e uma porção africana entre os meridianos 90º L-0º".

Teoria da Ocupação Efetiva: territórios deveriam estar sob a soberania daqueles Estados cujos nacionais promoveram sua ocupação.

Teoria dos Setores: Antártica seria dividida segundo setores definidos a partir da interface de Estados com o território do continente.

Teoria da Defrontação: os Estados que devem ter soberania sobre determinado espaço na Antártica são aqueles que são defrontantes do Hemisfério Sul.

Atualmente sete países possuem reclames territoriais na Antártica (Reino Unido, França, Austrália, Nova Zelândia, Argentina, Chile e Noruega). O primeiro país a fazer uma reivindicação territorial na Antártica foi o Reino Unido, em 1907 (VILLA, 2004), baseado tanto na teoria da Descoberta, como nas teorias da continuidade e defrontação considerando a posse das ilhas Malvinas/Falklands e Geórgia do Sul. Com apoio Britânico, Austrália e Nova Zelândia fazem suas reivindicações em 1923 e

1933, respectivamente. Seguindo a teoria da descoberta, a França e a Noruega fazem suas reivindicações nos anos de 1924 e 1939, respectivamente. Em 1940, segue-se a Argentina com base na teoria da ocupação efetiva e da continuidade, pois já havia uma base Argentina nas Ilhas Orcadas do Sul desde 1904. Ainda no mesmo ano (1940), o Chile faz sua reivindicação territorial com base na teoria da continuidade. Independente de qual teoria embasa as reivindicações territoriais, em 1959, com a assinatura do Tratado, todas as reivindicações territoriais foram congeladas e não são reconhecidas. Embora os demais países signatários do Tratado, não possuam reivindicações territoriais, esses resguardam o direito de fazê-la no futuro.

Vale ressaltar que tais reivindicações criaram uma região de possível conflito futuro no entorno estratégico do Brasil, que é a península Antártica, pois ali os reclames territoriais do Reino Unido, Argentina e Chile se sobrepõem largamente.

Atualmente, os países com maior participação (ocupação) na Antártica são Chile e Argentina. A Argentina possui um Navio Quebra Gelo (Almirante Irizar), 13 bases, sendo seis permanentes, um aeródromo na Ilha de Marambio (o primeiro da Antártica, construído em 1969), uma Vila permanentemente habitada por civis (Esperanza) com cerca de 55 habitantes, ali nasceu a primeira criança na Antártica em 07 de janeiro de 1978, e em 27 Março 1978 nasce a primeira mulher María de las Nieves Delgado. Estima-se que no verão, a população argentina na Antártica ultrapasse 200 pessoas.

O Chile possui um Navio Quebra Gelo (Oscar Viel) e 11 bases, sendo quatro permanentes, um aeródromo (inaugurado em 1970) e uma vila (Villa de las Estrellas) com cerca de 70 habitantes, no entanto no verão estima-se em cerca de 230 a população chilena na Antártica. A vila ainda possui uma escola, correios, supermercado e outras facilidades e, em 1984, nasceu na Antártica Juan Pablo Camacho Martino, o primeiro de três chilenos nascidos ali.

O Chile e Argentina possuem ainda bases exclusivamente de pesquisas (Escudero e Carlini) geridas e mantidas por pesquisadores científicos e pessoal civil, por outro lado, devido a restrições orçamentárias, o Chile e Argentina têm mantido fechadas algumas estações. Durante o verão pelo menos metade das estações estão totalmente operacionais, e as demais são mantidas em condições de serem reativadas prontamente.

Outros países possuem menos bases como Austrália e Estados Unidos (com três cada), no entanto, a Base Americana de Amundsen-Scott está localizada estrategicamente no Polo Sul geográfico, e recebe 150 pessoas no verão e a base de McMurdo possui uma população de cerca de 3.000 pessoas, sendo a maior concentração humana no continente gelado, seguida pelo Chile. A Rússia possui sete bases estrategicamente distribuídas em todos os setores antárticos e países como China (4 bases distribuídas em vários setores da Antártica) e Coreia do Sul (com as mais modernas instalações em duas bases novas) tem aumentado significativamente sua presença na Antártica. Vários países membros, inclusive

membros não consultivos do STA, (alguns com menor expressão geopolítica que o Brasil), possuem mais bases que o Brasil (ex. Espanha, Uruguai, Índia, Japão, com 2, 2, 2 e 4 respectivamente).

3 POSIÇÃO DO BRASIL

O Brasil é o sétimo país mais próximo da Antártica e o que possui o maior litoral do Atlântico Sul, no entanto não fez parte dos 12 países originais que assinaram o Tratado Antártico em 1959, sob argumento que ali não desenvolvia nenhuma atividade científica ou possuía alguma presença. Ainda assim, o Governo brasileiro manifestou-se por meio da seguinte declaração do Itamaraty: “o Brasil, ante o imperativo de proteger sua segurança nacional, reservar-se-á o direito de livre acesso à Antártida, assim como o de apresentar as reivindicações que possa vir a julgar necessárias” (GAUBET, 1986, p. 79).

Enquanto o Brasil, o maior país e economia da América Latina, não manifestava nenhum interesse concreto na Antártica, países vizinhos como Argentina e Chile fizeram suas reivindicações territoriais e deram início a atividades científicas, consequentemente foram os únicos países latino-americanos que participaram da elaboração e assinatura do Tratado.

Acadêmicos ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), como Therezinha de Castro (1930-2000), durante as décadas de 1950-1960 realizaram estudos e propostas para a participação do Brasil na Antártica, inclusive com reclames territoriais segundo os quais o Brasil teria direito, de acordo com a teoria da defrontação (figura 1). No entanto, no cenário político da década, quando se discutiu o Tratado, a Antártica não ocupava prioridade e ainda hoje, o imaginário do Brasil é o de um país tropical, que não guarda nenhuma relação com o longínquo continente gelado. Segundo Silva (1967), a Antártica resumia-se a “uma região deserta e inóspita”, cujo interesse só se justificava “a partir da geopolítica da Guerra Fria”. Ainda segundo Silva (1967), a Antártica (junto com Costa sul-ocidental africana e América do Sul) era apenas “placa giratória de manobra” cujo valor geoestratégico estava em conter o avanço do expansionismo soviético (SILVA 1967, p. 87). Isso pode ser bem entendido na frase “nossa geopolítica deverá ser uma geopolítica de expansionismo interior, de integração e valorização territoriais, sem quaisquer ressaibos de um imperialismo além-fronteiras” (SILVA, 1967, p.174), o que estava de acordo com a “geopolítica da paz” (SILVA, 1967, p. 96). Outro fator que não se deve deixar de considerar era a possível reação negativa da entrada do Brasil na Antártica por parte do Reino Unido, Chile e Argentina, países esses já envolvidos há anos em disputas territoriais na Antártica (FERREIRA, 2009).

Observa-se, assim, que a visão estratégica da época não difere da visão popular ainda existente, na qual erroneamente o Brasil tem baixa relação com Antártica e que a mesma não passa de uma região desértica. Exceção feita a círculos mais internos

do meio acadêmico militar, como a Escola Superior de Guerra e Universidades e Institutos de Pesquisa brasileiros, onde a importância do continente gelado sempre foi melhor compreendida e as reivindicações territoriais dos países, inclusive do Brasil, levadas mais em consideração, dentro de uma postura territorialista e de soberania, desde a década de 1950.

Dessa forma, a entrada do Brasil no STA só ocorreu 17 anos depois, em 1975, dentro de uma postura totalmente não territorialista, o Brasil tornou-se membro consultivo em 27 de setembro de 1983: em 2018 são 35 anos de participação efetiva no Tratado Antártico e 43 anos de sua assinatura.

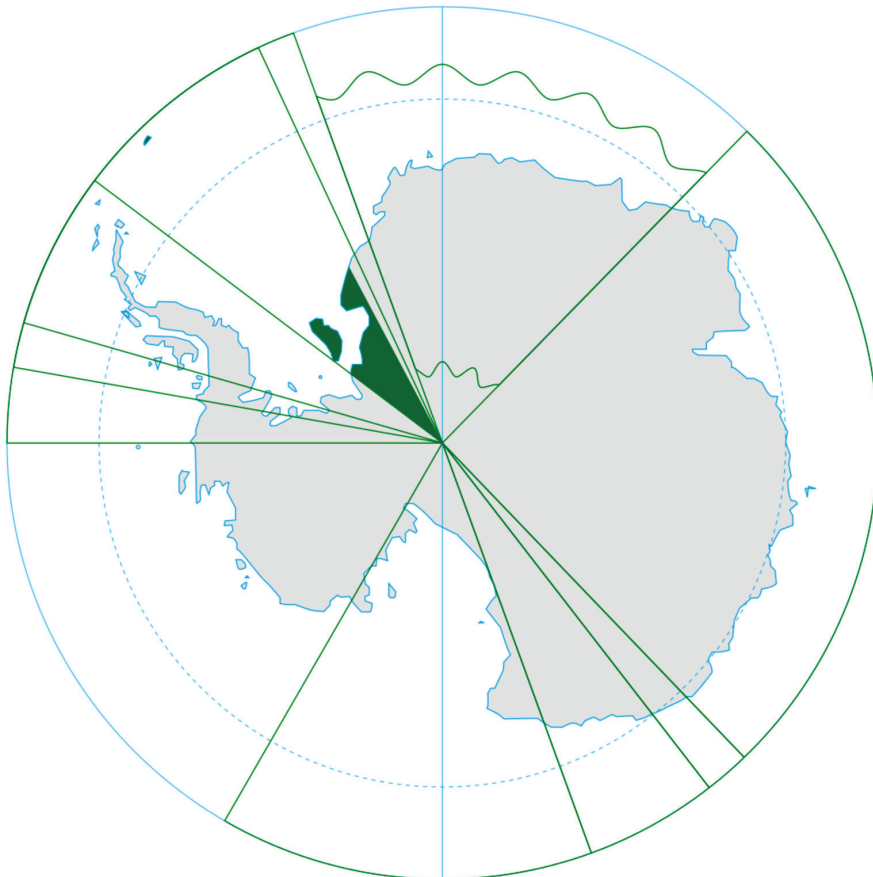
Em 1982, por meio do Decreto 86.830, de 12 de janeiro, foi criado o PROANTAR (Programa Antártico Brasileiro). Em setembro do mesmo ano, o Brasil adquiriu seu primeiro navio Polar (Barão de Teffé), e no verão de 1982/1983 foi realizada a primeira expedição Antártica (OPERANTAR I), visando à seleção de um local para estabelecer uma base científica. Nos anos seguintes, uma série de avanços foram conseguidos tais como: a criação da Estação de Apoio Antártico na cidade de Rio Grande (ESANTAR-RG) em 1983, o primeiro voo de apoio Antártico (1983), a inauguração da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), que iniciou operando em 1984 apenas no verão e com 12 pessoas, mas que no ano seguinte (1985) passou a operar o ano inteiro (verão e inverno) coisa que poucos países fazem. Em 1985, foi feita a instalação dos refúgios Cruls (Ilha Nelson) e Wiltgen (Ilha Elefante) e depois em 1986, o refúgio Rambo (península Fildes) e Goeldi (Elefante) em 1989. No verão de 1990/91, ocorreu a primeira visita de um chefe de estado brasileiro a Antártica (presidente Fernando Collor de Melo), a aquisição do Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel em 1994, a revitalização da EACF em 2005. A segunda visita de um chefe de Estado (presidente Luiz Inácio Lula da Silva) em fevereiro de 2008, mostrando novamente, em escala ascendente, o prestígio do PROANTAR no cenário político nacional. O auge das atividades do Brasil na Antártica foi em 2009, quando foi adquirido o Navio Polar Oceanográfico Almirante Maximiano, que elevou substancialmente o status das pesquisas do PROANTAR.

Deve-se notar que, no verão de 2004, iniciam-se também as primeiras investidas científicas brasileiras rumo ao interior do continente antártico por meio da Travessia Antártica chileno-brasileira, fruto dos esforços do glaciologista brasileiro, Dr. Jefferson Simões. Tal travessia representou a primeira vez que cientistas brasileiros passaram a desenvolver pesquisas além da área de atuação tradicional do PROANTAR (Península Antártica/Arquipélagos da Shetlands do Sul). A travessia liderada por Simões atingiu o polo sul geográfico em 30 de novembro de 2004. Ainda nesse sentido, no verão de 2007-2008, ocorreu a “Expedição Deserto de Cristal”, primeira expedição científica no interior da Antártida planejada e executada por pesquisadores brasileiros e que realizou relevantes pesquisas em uma área ainda pouco explorada a mais de 2.100 km ao sul da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF). Seguiu-se ainda, a Expedição Criosfera (2011-2012)

avançando mais as pesquisas em direção ao interior do continente antártico, com a instalação da primeira estação de monitoramento remoto do PROANTAR no interior do continente, o módulo Criosfera 1, que é o módulo científico latino-americano mais ao sul do planeta.

Dessa forma, podemos sintetizar que a presença do Brasil em 2018 baseia-se na existência de uma Base (EACF), atualmente em reconstrução, dois refúgios (nas ilhas Elefante e Nelson) e dois Navios Polares (nenhum dos quais é um quebra gelo). Além disso, aproximadamente 60 brasileiros ficam presentes durante o verão e 15 no inverno. Estes dados mostram que a presença brasileira na Antártica é indubitavelmente mais modesta que vários outros países, inclusive do Chile e da Argentina.

Figura 1 -Teoria da Defrontação (área verde)



Fonte: CARVALHO; CASTRO (1956), CASTRO (1959, 1976).

Causa ainda preocupação a significativa redução orçamentária que o PROANTAR enfrenta atualmente, com investimentos cada vez menores, os refúgios ainda existentes estão precisando de reformas (ou de serem desativados) e, apesar de termos uma nova estação em construção, corremos o risco de inaugurá-la sem nenhum projeto de pesquisa vigente (ou seja um estação científica sem cientistas) e com seus 17 laboratórios vazios e sem equipamentos, pois desde 2013 não existem editais de fomento à pesquisa Antártica por parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), ou seja, não existe injeção de recurso para ciência desde 2013. O corte de bolsas para pesquisa, afeta seriamente a continuidade das pesquisas e corre-se o risco de, já no verão de 2018/2019, não se realizar expedição científica à Antártica por falta de recursos. Da mesma forma, a logística, dependente da Marinha do Brasil enfrenta há anos sérias dificuldades orçamentárias. Embora recursos sejam disponibilizados, a constante insegurança orçamentária é um constante desafio a permanência do Brasil no Tratado.

4 CENÁRIOS DA GEOPOLÍTICA DA ANTÁRTICA PARA 2048

Em 2018, existem 53 países membros do Tratado Antártico (29 países consultivos e mais 24 países não consultivos). E destes existem apenas sete países com demandas territoriais (Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Nova Zelândia e Reino Unido). Porém, levando em consideração o crescimento populacional e a escassez de recursos, como, por exemplo, a água potável, que parecem começar a afligir o mundo, o Estado brasileiro deve estar preparado para as várias possibilidades que podem ocorrer na Antártica a partir de 2048. Como se sabe, o STA funciona devido à adesão de seus membros, mas não existem formas explícitas de punir países que não cumprem as determinações do Tratado e, embora só possam ocorrer modificações por decisão unânime de seus membros, esse requisito deixará de valer em 2048 e não se pode descartar a possibilidade de países seguirem por conta própria ou formarem blocos para tomada conjunta de decisões.

O Brasil já afirmou que, apesar dos interesses que possui na região, não tem intenção de fazer uma reivindicação territorial que não seja reconhecida pelo Direito Internacional. Esse posicionamento está presente na Política Nacional para Assuntos Antárticos (BRASIL, 1987). Por essa razão, “o Brasil manifestou claramente que as instituições jurídicas que regulam as atividades antárticas devem ser preservadas” (GAUBET, 1986, p. 73).

Segundo a POLANTAR, “o Brasil reserva-se o direito de proteger seus interesses diretos e substanciais na Antártida, ora protegidos pelo Tratado da Antártida, caso venha a ser revisto o funcionamento do Tratado e conforme os resultados da eventual revisão” (BRASIL, 1987).

A Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2016) reitera ainda: “defender a exploração da Antártica somente para fins de pesquisa científica, com a preservação do meio ambiente e sua manutenção como patrimônio da humanidade”, no entanto no mesmo documento pode-se ler:

[...] a América do Sul, o Atlântico Sul, a Antártica e a África ocidental detêm significativas reservas de recursos naturais, em um mundo já cioso da escassez desses ativos. Tal cenário poderá intensificar a ocorrência de conflitos nos quais prevaleça o uso da força ou o seu respaldo para a imposição de sanções políticas e econômicas, com eventual militarização do Atlântico Sul, área cuja consolidação como Zona de Paz e Cooperação revela-se fundamental para resguardá-la da interferência de interesses não legítimos. (BRASIL, 2016, p.10).

Ainda no mesmo documento na Ação estratégica de Defesa 51 (AED-51), afirma-se “incrementar a participação brasileira nas decisões sobre o destino da região Antártica”. Pode-se ver que a posição do Brasil (tanto na POLANTAR como na PND) é clara em seguir o Tratado, mas que se deverá estar atento a eventuais mudanças que venha a sofrer.

Pode-se prever duas possibilidades óbvias para o futuro, e diante das quais o Brasil deverá saber como se posicionar: A primeira seria seguir considerando a região como santuário dedicado à paz e à ciência, com todas as proibições e embargos hoje existentes e com uma provável prorrogação do prazo para futuras revisões (mais 50 anos?). Ou a possibilidade de liberação para exploração e partilha dos recursos da área, seguido ou não de novos reclames territoriais. Neste contexto, o voto do Brasil, como membro consultivo, tem poder de veto às decisões que sejam contrárias aos seus interesses, mas para tal é fundamental que o Brasil saiba quais são os seus reais interesses na região.

Embora se tenha hoje a impressão de que a corrente ambientalista universalista seja predominante, observamos algumas atitudes dissonantes, pois alguns Estados reivindicantes já submeteram solicitações à Comissão de Levantamento da Plataforma Continental (CLPC) invocando o artigo 76 da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (CNUDM) para a extensão dos espaços que seriam equivalentes a suas plataformas continentais na região Antártica (THORP, 2012). Pode-se citar como exemplo o governo australiano, que enviou formalmente em 2012 à CLPC, pesquisas referentes à plataforma continental do país na Antártica, antes disso, em 2009, a Argentina também havia apresentado a sua solicitação à CLPC (THORP, 2012). Torna-se assim fundamental que o Brasil tenha uma posição clara de seus próprios interesses no tema, pois enquanto defendemos uma postura não territorialista na Antártica, outros países já planejam como será a sua ocupação.

De todas as teorias territorialistas expostas acima, as únicas que se aplicariam ao Brasil são a da defrontação e a da ocupação efetiva. A teoria da defrontação garantiria ao Brasil uma área de cerca de 500.000 Km² (área um pouco menor que o estado da Bahia). Esta teoria (defrontação) foi proposta inicialmente pelo Senador Canadense Pascal Poirrer, em 1907 para a partilha do Ártico e que foi invocada por Carvalho e Castro (1956) e Castro (1959, 1976), para a partilha da Antártica. Com base no artigo IV do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), firmado no Rio de Janeiro em 2 de setembro de 1947, Carvalho e Castro (1956) e Castro (1959, 1976) propuseram a defrontação a partir dos meridianos da Ilha de Martins Vaz e do Arroio Chuí (53° 22' 10 O até os 24° O) (SANTOS, 2004, p. 85). Ressalta-se aqui outra importância geopolítica para a posse brasileira das Ilhas oceânicas de Trindade e Martim Vaz.

A teoria da defrontação conforme sugerida acima, pode, porém, colocar o país em confronto com pelo menos três países, pois Reino Unido, Argentina e Chile fizeram reclames territoriais sobrepostos nesta mesma área (Península e arredores), sendo que os três o fizeram antes da assinatura do tratado (embora o Brasil tenha direito de ainda fazê-lo). Mesmo assim, a EACF está localizada na Ilha Rei George, que fica na mesma região de possível conflito e onde se encontra a maior densidade populacional da Antártica, depois da base americana de McMurdo, pois na referida ilha existem bases de dez países (Chile, Argentina, EUA, Rússia, China, Uruguai, Polônia, Peru, Brasil e Coreia do Sul), em um cenário atualmente pacífico e colaborativo, mas com grande potencial de conflito para o futuro.

Assim sendo, a teoria da ocupação efetiva parece ser o caminho natural do Brasil, caso haja desejos futuros de reclames territoriais ou de maior influência nas decisões no âmbito do Tratado e da projeção do Brasil no cenário internacional. Dessa forma, é fundamental que se tenha inicialmente previsão orçamentária para a manutenção do Brasil como membro do Tratado e obviamente para sua expansão. Segundo Gandra (2013), estima-se que em 21 anos (1991-2012) o Brasil tenha investido R\$ 51.199.569,12 para a ciência Antártica e R\$ 89.000.000,00 para logística e infraestrutura no âmbito do PROANTAR (os Estados Unidos possuem um orçamento anual de R\$ 138.000.000,00).

A partir do exposto acima, e de um cenário de expansão da influência do Brasil, é de grande importância estratégica realizar estudos sobre o aumento da influência do Brasil na região, seja por aumentar o número de estações de pesquisa e refúgios, mesmo que temporárias (ocupadas apenas no verão). Vale enfatizar que desde a criação do PROANTAR, o Brasil não expandiu além dos refúgios existentes, dos quais um já foi desativado (refúgio Rambo), representando na realidade uma retração ao invés de expansão. Observe-se que países com menor participação geopolítica no cenário sul-americano como Uruguai possuem duas estações (Artigas e Elichiribehety). Uma segunda estação brasileira poderia

ainda ser implantada em conjunto com outros países interessados em expandir sua esfera de influência e de suas atividades científicas, promovendo uma oportunidade ímpar de colaboração e diplomacia, ajudando a solidificar alianças científicas e políticas.

O Brasil possui ainda dois Navios Polares, poucos países possuem essa capacidade, entretanto, como dito anteriormente, nenhum deles é quebra gelo. O Brasil realiza também cerca de 10 voos antárticos por ano para apoio logístico e reabastecimento, inclusive no inverno (igualmente poucos países o fazem) no qual são utilizadas atualmente aeronaves Hercules C-130 da Força Aérea Brasileira (FAB), devendo em breve ser feito pelo KC 390.

Atualmente a área de influência do Brasil na antártica restringe-se a Baía do Almirantado (Ilha Rei George), onde se situa a EACF, ali compartilha sua influência com Polônia, Peru e Equador (países com extensão territorial e economias inferiores às do Brasil) e EUA; a Ilha Elefante (único país a manter presença, pois lá temos um refúgio); Ilha Nelson (onde temos um refúgio precisando de reformas) o qual compartilhamos com a República Tcheca que ali também possui um refúgio; e a área do Criosfera 1, no interior do continente.

A dependência do Brasil por parte de outros programas ainda é bastante evidente, pois o PROANTAR depende de autorização para uso do aeródromo chileno de Frei, lembrando que os voos antárticos brasileiros constituem parte fundamental do apoio logístico. Igualmente é a dependência do Porto de Punta Arenas (Chile) para nossos Navios Polares.

4.1 Cenários para a Península Antártica

Existem atualmente, na Ilha Rei George, bases de 9 países (Chile, Argentina, China, Rússia, Polônia, Brasil, Coreia do Sul, Uruguai, Peru) mais um refúgio do Equador, e uma base de verão dos Estados Unidos. Na vizinha península, encontram-se ainda 21 bases sendo 9 bases chilenas e 10 argentinas além das bases Palmer (Estados Unidos da América) e Rothera (UK). Toda essa concentração situa-se em uma área que é reivindicada ao mesmo tempo por Chile, Argentina e Reino Unido, criando uma situação complexa passível de conflitos na área do entorno estratégico do Brasil e onde se situa a base brasileira.

É importante que o Brasil possa se posicionar frente a esse quadro, discutindo desde já qual seria a posição do Brasil, desde uma neutralidade até uma possível coalizão sul-americana (Brasil, Chile, Argentina e Uruguai). Existem diversos fóruns para tal debate como a Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino Americanos (RAPAL), encontro anual que em 2018 ocorrerá no Brasil e as reuniões anuais do Tratado Antártico (ATCM), infelizmente a participação do Brasil nesses fóruns internacionais tem sido cada vez menor, seja pela falta de recursos como também pela falta de prioridades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrada do Brasil no Tratado Antártico ocorreu dentro do contexto da Guerra Fria e nossas políticas sobre o tema permaneceram inalteradas desde então, no entanto o cenário mundial mudou e diversos atores como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) deixaram de existir ou perderam influência no tema, enquanto outros países que, na época, não possuíam importância geopolítica hoje são importantes atores, como é o caso da China. É fundamental que nossas políticas sejam repensadas e atualizadas no contexto do cenário global atual e de projeções para 2048.

Outro ponto fundamental é que sem a necessária injeção de recursos tanto para ciência como para logística, o Brasil estará fadado a um preocupante papel secundário e sua permanência como membro do STA fica ameaçada. Podemos afirmar de forma clara que a inexistência de recursos ameaça a permanência do Brasil no Tratado Antártico.

A incerteza sobre disponibilidade orçamentária cria enorme insegurança, muitos cientistas fogem do tema devido a essa instabilidade, a qual se soma às condições extremamente adversas e perigosas de trabalho. Além disso, a formação de recursos humanos no tema é prejudicada pela falta de bolsas e de possibilidades profissionais futuras. Paralelo a isso, cessa a formação dos novos pesquisadores antárticos brasileiros. A falta de bolsas, especialmente em nível de pós-doutorado ocasiona a fuga de pessoal qualificado para outros países ou para outras áreas do conhecimento, lembrando que após um aluno ser formado no tema, a perda desse pesquisador representa um custo adicional ao país.

Segundo Gandra (2013):

Uma política científica para a Antártida deve vir acompanhada de uma previsão orçamentária efetiva, que garanta a execução e o resultado de pesquisas em áreas estratégicas do continente antártico, em termos de apoio logístico e formação de pessoal qualificado. (GANDRA, 2013, p. 111).

Tal previsão é fundamental para a continuidade das pesquisas científicas e logísticas na Antártica e, portanto, manter seu status de membro consultivo do Tratado.

Relembramos que “a geopolítica nunca foi embora da Antártida, e a ciência tem sido parte disso” (NAYLOR et al., 2008, p. 145). Reproduzimos aqui o pronunciamento do almirante Bakker (1985) quando afirmou:

Em suma, os fatores que justificam a presença do Brasil no diálogo sobre a questão Antártica são de caráter ecológico, estratégico e político. Fatores econômicos também justificam esse esforço,

pois há um trinômio que preocupa a humanidade: matérias-primas, energia e alimentos [...]. Não houve dificuldades para mobilizar a comunidade científica, apesar de ser o Brasil um país onde a ciência é uma área pouco relevante em termos de prioridade nacional [...]. Cabe, então, a pergunta: como será o Brasil no início do próximo século se seus recursos-minério de ferro, manganês, etc. - se esgotarem? [...] há também o aspecto científico. As organizações científicas mais importantes do planeta estão envolvidas na Antártica. Provavelmente, com o Programa Antártico, com a participação brasileira, pela primeira vez o país tenha oportunidade de proporcionar a seus cientistas o diálogo com cientistas de outros países [...] debatendo aspectos científicos em igualdade de condições [...]. (BAKKER, 1985, apud GANDRA, 2013, p.100).

A Antártica não perfaz nossa cultura, no entanto, o reconhecimento da importância da Antártica para o Brasil está refletido na sua inclusão na Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2016), a qual “estabelece como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica”. É bem verdade que atualmente o Brasil enfrenta diversos desafios nas áreas sociais, econômica e política, o que tem contribuído para perda de interesse no estudo da Antártica. No entanto, a permanência do Brasil no continente gelado é de grande importância ao nosso país, como foi reconhecido na Política Nacional de Defesa, e nos investimentos feitos nos últimos 36 anos de atividade do PROANTAR.

Urge a maior conscientização do segmento civil (pesquisadores, diplomatas, gestores públicos e população em geral) sobre a importância geopolítica do PROANTAR para o Brasil, bem como do segmento militar sobre a importância da pesquisa ali realizada, pois em última análise é a pesquisa de alta qualidade que mantém o status do Brasil como membro consultivo do Tratado. Os cortes orçamentários que afetam o PROANTAR não prejudicam apenas a logística e as pesquisas, mas a própria imagem do país e ameaça baixar o status do Brasil a um cenário internacional menos importante.

Segundo Gandra (2013):

A ciência antártica está fundamentada em dois pilares: a formação científica (recursos humanos) e a base logística. Quanto mais se desenvolve a formação científica, maior deverá ser o investimento logístico, pois isso pressupõe um maior incremento nas atividades de campo e monitoramento, além disso, a logística antártica assume duplo significado: provimento das necessidades científicas (equipamentos e laboratórios) e preservação da integridade física e psicológica do pesquisador

(Transporte, alojamento, abastecimento e comunicação). A logística científico-operacional na Antártida somente é superada pelas logísticas espacial e de guerra. (GANDRA, 2013, p. 114).

Sugerimos aqui o envolvimento de segmentos do Estado como Itamaraty, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC), ESG (instituição historicamente ligada às origens do Brasil na Antártica) para promover ampla discussão sobre o tema antártico nos próximos anos a fim de possibilitar uma noção mais clara dos rumos da política Brasileira na Antártica. Também é de fundamental importância a garantia de recursos orçamentários constantes para que o Brasil siga como membro consultivo e a expansão do PROANTAR com aumento de recursos para ciência (MCTIC/CNPq) e logística (Marinha do Brasil), a discussão dos rumos futuros (implementação de uma possível segunda estação? de verão e refúgios), maior independência em relação a outros programas, e por outro lado maior colaboração e interação com programas de nações amigas.

Também é fundamental a participação do Brasil nos fóruns internacionais de debate tal como a ATCM, com delegações que envolvam os diversos segmentos (logístico, ambiental, científico e político). É importante que recursos para participação nesses fóruns seja garantida, uma vez que os temas abordados são complexos e variados e apenas com a participação de todos os segmentos se poderá esperar um rendimento apropriado e que o Brasil seja ouvido e possa influenciar nas decisões tomadas.

O Brasil não é uma liderança geopolítica na Antártica, mas como a maior economia da América do Sul pode e precisa vir a ser. Para tal precisamos que o PROANTAR seja visto e tratado como programa de Estado e ter garantido seu orçamento anual para pesquisa e logística. A suspensão das atividades científicas poderá comprometer seriamente a imagem do Brasil bem como seu status como membro consultivo do Tratado Antártico.

REFERÊNCIAS

AINLEY, David et al. The Antarctic Environment in the Global System. In: TURNER, John et al (Ed.). *Antarctic Climate Change and the Environment*. Cambridge: Scientific Committee On Antarctic Research Scott Polar Research Institute, 2009. Cap. 1. p. 1-32. Disponível em: <<http://epic.awi.de/21227/1/Tur2009a.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

BAKKER, Múcio Piragibe Ribeiro de. O Brasil na Antártica. In: *Simpósio o Brasil na Antártica, 1985*, Brasília: Câmara dos Deputados, Comissão de Relações Exteriores, 1985. p. 129-131.

BRASIL. Decreto nº 94.401, de 3 de junho de 1987. Aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*, 29 jun. 1987. Seção 1, p. 10064. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D94401.htm>. Acesso em: 29 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, 2016. 45 p. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2018. (Aguardando aprovação do Congresso Nacional).

BRASIL. Ministério da Defesa. *Livro Branco da Defesa Nacional*. Brasília, 2017. (Aguardando aprovação do Congresso Nacional).

CARVALHO, D. D.; CASTRO, T. D. A Questão da Antártica. *Boletim Geográfico*, v. 14, n. 135, p. 502-506, Novembro-Dezembro 1956.

CASTRO, T. D. Antártica, o Assunto do Momento. *Boletim Geográfico*, v. 17, n. 150, p. 238-245, Maio-Junho 1959.

CASTRO, Therezinha de. *Rumo à Antártica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976. 174 p.

COLACRAI, Miryam. *El Ártico y la Antártida en las relaciones internacionales*. Porto Alegre: Ufrgs Editora, 2004. 103 p.

FERREIRA, Felipe Rodrigues Gomes. *O sistema do tratado da Antártica: Evolução do Regime e seu Impacto na Política Externa Brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 248 p.

GANDRA, Rogério Madruga. *Geopolítica antártica no limiar do século XXI: a definição de um projeto estratégico-científico para o Brasil na Antártida*. 2013. 202 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

GAUBET, Christian Guy. As questões antárticas: algumas perspectivas brasileiras. *Sequência*, Florianópolis, v. 07, n. 13, p.69-81, 1986. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/16619/15190>>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

NAYLOR, Simon et al. Science, geopolitics and the governance of Antarctica. *Nature Geoscience*, [s.l.], v. 1, n. 3, p.143-145, mar. 2008.

SANTOS, Leo Evandro Figueiredo dos. *O pensamento político-jurídico e o Brasil na Antártida*. Curitiba: Juruá, 2004. 164 p.

SIMÕES, Jefferson Cardia et al. *Antártica e as Mudanças Globais: Um Desafio para a Humanidade*. São Paulo: Editora Blucher, 2011. 168 p.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.

THORP, Arabella. *Antarctica: the treaty system and territorial claims*. House of Commons: International affairs and Defense Section, London, p.1-15, 18 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.parliament.uk/business/publications/research/briefing-papers/SN05040/antarctica-the-treaty-system-and-territorial-claims>>. Acesso em: 03 maio 2015.

VIEIRA, Friederick Brum. O tratado da Antártica: perspectivas territorialista e internacionalista. *Cadernos Prolam/usp*, [s.l.], v. 5, n. 9, p.49-82, 1 dez. 2006. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2006.81808>. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/81808>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

VILLA, Rafael Duarte. *A Antártida no sistema internacional*. São Paulo: Hucitec, 2004. 320 p.

Recebido em: 06 mar. 2018

Aceito em: 22 set. 2018